

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FIGUEIRO DOS VINHOS

### **ATA Nº 11 (Quadriénio 2017/2021)**

*Sessão de 22.02.2019*

ATA DA SESSÃO  
ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS,  
REALIZADA NO DIA 22 DE  
FEVREIRO DE 2019

----- Ao vigésimo segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, pelas 18:30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Figueiró dos Vinhos, em Sessão Ordinária, no Salão da Junta de freguesia de Aguda, sob a presidência do Exmº. Sr. Dr. Carlos Manuel Simões da Silva, coadjuvado pelo Sr. António Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário e a Dª. Ana Bela da Conceição Silva, Segunda Secretária, tendo a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação da informação escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
2. Prescrição do direito ao recebimento do preço pelos serviços prestados relativos a tarifas de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais, de serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos (ano 2010) e de renda de ocupação do Mercado Municipal (2008 a 2010), com processos de execução fiscal instaurados – Receita em débito ao tesoureiro (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 30/01/2019);
3. Linha BEI PT 2020 Autarquias – Operação “Requalificação da Envolvente ao Parque Desportivo Municipal” CENTRO-07-2316-FEDER-000066-00046 (Cod.Linha BEI) (aprovado por maioria, quatro votos a favor dos Srs. Vereadores do Partido Socialista e do Movimento Figueiró Independente, e uma abstenção do Sr. Vereador eleito pela

Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular - Reunião de Câmara de 13/02/2019);

4. Concurso Público “Atribuição do Direito de Exploração do Bar da Aldeia Ana de Aviz” – Abertura de Procedimento (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 13/02/2019);
5. Descentralização – Transferência de competências para a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

-----Estiveram presentes os seguintes Membros da Assembleia Municipal: Eng.º Rui Manuel Almeida e Silva, Dr. Fernando Manuel da Conceição Manata, Eng.º Fernando José Forte Garrido Branco, Eng.º Miguel Ângelo Portela da Silva Caetano, Eng.º André Jorge Neves Quevedo Lourenço, Sr. João Cardoso de Araújo, Dr. Pedro Miguel David Santos Lopes, Sr. Fernando Manuel de Carvalho Batista, Sr. Hugo Filipe Ribeiro Cardoso Dias, Sr. Armando Domingos Gonçalves, Dr. António Pedro Serra Lopes Prior Ladeira, D.ª Maria Amélia Zagarte Nunes, Sr. Carlos Alberto Godinho Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Aguda; Sr. Jorge Manuel Rodrigues Quaresma, Presidente da União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas; Dr. Nuno Filipe Conceição Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Arega e Eng.º Jorge Manuel de Jesus Agria, Presidente da Junta de Freguesia de Campelo. -----

-----Nos termos previstos no artigo 48º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal fez-se representar pelo Sr. Presidente da Câmara, Sr. Jorge Manuel Fernandes de Abreu. Presentes também a Sr.ª Vereadora, Dr.ª Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes, o Sr. Vereador, Eng.º Manuel da Conceição Paiva, o Sr. Vereador, Eng.º Luís Filipe Antunes da Silva e o Sr. Vereador, Dr. Carlos Alberto David Santos Lopes.-----

-----Constatada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a Sessão, saudando de seguida todos os presentes, incluindo o público. Agradeceu a receção da Junta de Freguesia e deu a palavra ao anfitrião, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aguda, que agradeceu a presença de todos e desejou que os trabalhos decorram da melhor forma. Depois deste breve cumprimento, o Presidente da Assembleia Municipal convidou o Presidente da Junta de Freguesia a tomar lugar na Mesa.

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu continuidade ao trabalhos, referiu-se ao expediente, informou que foi distribuída a listagem da correspondência recebida, contudo fica à disposição para consulta.-----

Referiu-se depois às atas de vinte e seis de dezembro de dois mil e dezoito, e de vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezanove, questionou se existe alguma sugestão de alteração ou correção. Não havendo qualquer intervenção, colocou as mesmas à votação, as quais foram aprovadas por unanimidade.-----

-----

Dando continuidade aos trabalhos, deu a palavra aos Srs. membros da Assembleia Municipal, tendo-se inscrito o **membro da Assembleia Municipal, Sr. Hugo Dias**, que depois de cumprimentar todos os presentes questionou o Sr. Presidente da Câmara se a questão da Lusiaves não passa de uma aldrabice de campanha eleitoral, e também se já existe regulamento para as empresas a fixar na “Sonuma”. De seguida disse que não fazia sentido que os funcionários do Centro Investe estacionem num terreno privado da lavagem automóvel.-----

-----Seguidamente deu a palavra ao **líder de bancada da Coligação PSD/CDS, Sr. João Cardoso**, que cumprimentou todos os presentes e questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a situação do edifício da EDP e a Escola Agostinho Roseta. -----

-----

A seguir deixou um alerta para que o tão desejado saneamento básico, agora previsto através da empresa intermunicipal, seja alargado até às freguesias.-----

-----A seguir, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **membro da Direção do Grupo do Partido Socialista, o Dr. Fernando Manata**, que cumprimentou todos os presentes, felicitou o executivo da Junta de Freguesia de Aguda pela transformação do Largo D. Sancho II.-----

De seguida, referiu-se à empresa FlorestGal, sociedade de carácter público, constituída a nível Nacional e sediada em Figueiró dos Vinhos, felicitando o Governo por estar a cumprir o que prometeu, isto é, descentralizar a gestão florestal para o Interior do território. Os representantes dos órgãos executivos e deliberativos estão de parabéns por este tipo de

empreendimento no concelho.-----

-----  
Entretanto referiu a intervenção feita no Cabeço do Cabeço, e salientou a obra emblemática, não só pelo que foi, mas pela reabilitação que está a ser levada a efeito no espaço “Sonuma”.-----

-----Seguidamente o membro do Movimento Figueiró Independente, Dr. Fernando Branco, leu a seguinte declaração política:

**“DECLARAÇÃO POLÍTICA  
PELO DESENVOLVIMENTO DA FREGUESIA DE AGUDA**

*Ex.mo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal;*

*Ex.mo. Sr. Presidente da Câmara Municipal;*

*Ex. mo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aguda;*

*Ex. mos. Srs. Vereadores;*

*Ex. mos. Srs. Membros da Assembleia Municipal;*

*Ex. mos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia;*

*Ex. mos. Srs. Membros da Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia de Aguda;*

*Ex. mos. Srs. Representantes das Associações da Freguesia de Aguda;*

*Ex. mo. Público.*

*O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente (MFI) congratula-se com a realização desta Sessão da Assembleia Municipal de Figueiró dos Vinhos, na freguesia de Aguda. Dá-se, assim, continuidade a uma boa prática iniciada em 2009, de descentralizar o local de realização das sessões da Assembleia Municipal, levando-as a todo o concelho, num esforço de aproximação entre eleitos e eleitores.*

*Neste dia de particular simbolismo, cumprimos de forma respeitosa o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que nos recebe tão condignamente,*

*Cabe ainda um cumprimento especial ao Sr. Fernando Simões, eleito do Movimento Figueiró Independente na Assembleia de Freguesia de Aguda.*

*Ao mesmo tempo, recordamos e rendemos a nossa homenagem aos autarcas que durante a nos serviram esta freguesia e o concelho de forma abnegada e desinteressada, deixando ob*

*ra relevante para o bem comum, lembrando de forma particular os senhores António da Piedade Pais, Mário Mendes, Adelino Medeiros e José Adelino Sardinha.*

*Saudamos igualmente os representantes do movimento associativo que se tem revelado essencial para o equilíbrio e coesão social da freguesia, nomeadamente, através das iniciativas desenvolvidas pela Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Aguda, pelo Rancho Folclórico Flores da Alegria de Almofala de Baixo, pela Associação “O Convívio” da Região de Chimpeles, pela ARCRA – Associação Recreativa e Cultural da Ribeira de Alge, pela “Refúgios de Pedra” - Associação de Moradores do Casal de S. Simão, pela Associação Cultural “Escola dos Moninhos”, pelo Clube Desportivo de Aguda e pelo Club “Os Bombas” de Almofala.*

*Mas, o Movimento Figueiró Independente e os seus eleitos entendem que esta é também uma oportunidade para estreitar ainda mais o contacto direto com os eleitores, com as associações recreativas, sociais e culturais, com as forças vivas da sociedade civil, com os autarcas, com os empresários, por forma a ouvi-los, a conhecer e sentir as suas ambições e expectativas.*

*Aguda é uma das mais laboriosas e aprazíveis freguesias do nosso concelho. Percebemo-lo quando cruzamos o seu vasto e eclético território de cerca 40 Km<sup>2</sup>, desde o Cercal à Ribeira de Alge, dos Moninhos Cimeiros à Lameirinha, da Coelheira à Sigoeira, do Azeitão ao Olival, do Vale da Pousada ao Vale de Tábuas, do Salgueiro da Ribeira às Almofalas e ao Bairro Industrial.*

*É este território dotado, já o escrevemos, de um passado histórico e cultural riquíssimo, enraizado na vontade inquebrantável das suas gentes, que ao longo dos séculos forjaram uma identidade muito acentuada.*

*A ocupação histórica do território de Aguda remonta ao tempo dos romanos havendo notícia de uma villae perto da povoação do Olival. Também os árabes povoaram esta região, o que se comprova pelo topónimo almofala, palavra mourisca que significa acampamento.*

*Em 1209, D. Sancho I, fez doação da Herdade de Almofala, a D<sup>a</sup>. Maria Pais Ribeiro, sua amante, que haveria de ser confirmada, por d. Afonso II, em 12116.*

*A partir de 1221, Almofala de Aguda é uma vila com vida municipal ténue e rudimentar, com Juiz e Mordomo.*

*D. Pedro I, fez doação do lugar de Aguda em 1260, a D. João Afonso Telo de Meneses. Em carta de 7 de abril de 1434, D. Duarte concedia a D. Pedro de Meneses, Conde de Vila Re*

*al, a prerrogativa de nomear juízes, tabeliães e mais ofícios, no lugar de Aguda. A posse de Aguda seria confirmada em Carta de D. Afonso V de junho de 1451, ao primeiro Marquês de Vila Real, com o mesmo nome do antecessor.*

*D. Manuel I, em 12 de novembro de 1514 confirmou-lhe o Foral, dando-lhe o título de vila. Em 1641 os bens dos marqueses de Vila Real passaram à posse da coroa, entre os quais Aguda. Passou mais tarde a integrar os bens da Casa do Infantado, criada por D. João V com o objetivo de assegurar as bases económicas aos seus segundos filhos, aí se mantendo até á sua extinção em 18 de março de 1834, por ordem de D. Maria II.*

*Formou juntamente com Chão de Couce, Avelar, Pousaflores e Maças de D<sup>a</sup> Maria, a Comarca das Cinco Vilas.*

*Por Decreto de D. Pedro V, de 24 de outubro de 1855 passou a pertencer ao concelho de Figueiró dos Vinhos.*

*A freguesia de Aguda, tal como o resto do concelho viveu as contingências que a instabilidade política decorrente da queda da monarquia e da implantação da República acarretaram para o país, tendo vivido uma particular crise económica e social durante os anos da Grande Guerra. Conheceu algum desenvolvimento material durante o Estado Novo com a abertura de novas estradas e construção de escolas, fontes e pontes.*

*O advento do Poder Local Democrático trouxe à freguesia de Aguda um notável desenvolvimento, tendo sido dotada das infraestruturas básicas, como electrificação, abastecimento de água, construção e beneficiação da rede viária, calcetamentos de ruas e lugares. Foi ainda nesta época que foi possível dotar a freguesia de equipamentos sociais, culturais e desportivos, que ainda hoje fazem a diferença no contexto local.*

*Economicamente a freguesia de Aguda mostrava-se pujante conciliando a produção agrícola e florestal, com a aposta na pequena indústria de tanoaria, cerâmica, metalo-mecânica, fabrico de cimento-cola, construção civil, reparação automóvel e com um pequeno comércio composto por cafés, minimercados e reconhecidas unidades de restauração que serviam pratos da sua rica gastronomia donde sobressaíam a truta e outros peixes do rio.*

*Contudo, desde o início deste século que se sente uma mudança neste paradigma, assistindo-se a um período de declínio económico. A demonstrá-lo está a perda progressiva de população que se tem feito sentir nas últimas décadas:*

<i>1950</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1981</i>	<i>1991</i>	<i>2001</i>	<i>2011</i>
<i>2441</i>	<i>2272</i>	<i>1653</i>	<i>1940</i>	<i>1698</i>	<i>1394</i>	<i>1106</i>

*Esta perda acentuada de população está relacionada com o declínio da atividade económica, que, por sua vez, ficou a dever-se ao encerramento de unidades industriais e comerciais; à atratividade económica de outros concelhos vizinhos que provocaram o êxodo e a fixação de jovens famílias noutras freguesias contíguas e aos efeitos perniciosos dos constrangimentos provocados pelo PDM, cujos critérios restritivos aliado ao longo período de tempo que decorreu o seu processo de revisão, levou a que muitas jovens famílias escolhessem fixar-se em freguesias vizinhas, não investindo em Aguda.*

*A freguesia de Aguda enfrenta hoje um conjunto de constrangimentos demográficos, económicos e sociais que comprometem o seu futuro:*

*Em termos **demográficos** falamos da perda acentuada de população, do envelhecimento da população residente, da desertificação dos lugares rurais, do êxodo e da emigração de famílias jovens.*

*Em termos **económicos** é notório o fraco dinamismo do tecido empresarial, com o encerramento de vários ramos de negócio, como é exemplo os restaurantes na zona da Ribeira de Alge, a destruição da floresta em consequência dos incêndios florestais, de junho de 2017.*

*Em termos **sociais** existe um elevado número de idosos em situação de isolamento, é elevado o desemprego entre os jovens, existe um número elevado de habitações degradadas e sem infraestruturas básicas e um número elevado de famílias em risco de pobreza.*

*A freguesia é ainda confrontada com outro tipo de contrariedades, tais como o encerramento de escolas devido à progressiva diminuição do número de alunos, em consequência da baixa natalidade; a diminuição de serviços e dos tempos de atendimento e de funcionamento da Extensão de Saúde; a degradação dos equipamentos desportivos; a falta de saneamento básico; a acentuada assimetria entre a zona da Serra e a parte baixa da freguesia e a não concretização de investimentos anunciados, de que foram exemplos a construção de uma cimenteira (Cimentaurus) e o investimento da Lusiaves, na zona de Almofala.*

*Os poderes públicos, com o poder autárquico à cabeça, estão assim obrigados a delinear uma estratégia abrangente capaz de contrariar o quadro depressivo em que a freguesia de Aguda mergulhou. Essa estratégia deve ter em conta e tirar partido das potencialidades que este território oferece, por exemplo, ao nível da sua localização junto a importantes eixos viários (IC8, IC3 e A13), bem como, das suas potencialidades e condições naturais favoráveis ao desenvolvimento da vertente do turismo de natureza e de aventura. Essa estratégia deve ainda inspirar-se na tradição comercial e industrial que a freguesia já conheceu, na capacidade empreendedora das suas gentes e no exemplo bem sucedido de experiências e projetos como o das Aldeias de Xisto, no Casal de S. Simão. Deverá ainda ter-se em conta, as possibilidades de financiamento comunitário ou de projetos a desenvolver no âmbito da Unidade de Missão para o Interior.*

*O Movimento Figueiró Independente (MFI) pretende contribuir para este desiderato apresentando um conjunto de propostas como contributo para a definição e implementação dessa estratégia de desenvolvimento da freguesia de Aguda.*

**No domínio económico** – Construção de um Mercado; Promover um Plano Agro-Florestal visando a defesa da floresta contra incêndios; Promover a instalação de uma Zona de Implantação Empresarial, em Almofala de Baixo, vocacionada para a instalação de atividades industriais e comerciais, perspetivando a atração de novos investimentos, tirando partido da sua localização geográfica; Projetar a construção de um Fluviário, um aquário de água doce dedicado à diversidade dos ecossistemas ribeirinhos da Ribeira de Alge; Preservar e valorizar as zonas ribeirinhas dos lugares da Ribeira de Alge, Ponte de Brás Curado, Saonda, Além da Ribeira, Pena, Casal de S. Simão, Ponte de S. Simão, Azeitão, potenciando a sua dimensão paisagística e patrimonial; Apoiar a revitalização da oferta de restauração na Ribeira de Alge; Integrar os Lugares do Cercal e Abrunheira no projeto das Aldeias de Xisto; Beneficiar a Praia Fluvial das Fragas de S. Simão; Projetar a construção de uma praia fluvial em Chimpeles; Organizar e potenciar o interesse histórico, cultural e económico da Feira das Nozes, no S. Simão.

**Na vertente da ação social** – Apoiar os esforços da Comissão de Melhoramentos para a construção de um Lar Residencial para Pessoas Idosas; Apoiar continuamente os agregados familiares mais carenciados da freguesia; Definir um Plano de Intervenção e acompanhamento de idosos isolados e a viverem sozinhos.

**Na área da saúde** – garantir o funcionamento da Extensão de Saúde.



*No domínio do ambiente – Prevenir a instalação de equipamentos poluentes na área da freguesia; Alargar a rede de saneamento básico.*

*No âmbito da proteção civil – Melhorar o dispositivo de prevenção e combate a incêndios, beneficiando a rede de caminhos florestais, de pontos de água e instalando bocas de incêndio nos lugares mais expostos ao perigo.*

*No domínio da habitação – Continuar a apoiar a recuperação de habitações degradadas; Promover a criação de um loteamento devidamente infraestruturado para incentivar a fixação de famílias jovens na freguesia.*

*Na vertente da cultura – Articular e promover a atividade da Casa Museu Rego Vasconcelos, inserindo-a na estratégia museológica do concelho; Proceder ao levantamento arqueológico da villae romana do Olival, no contexto da Carta Arqueológica do Concelho; Apoiar a reativação da tradição folclórica na freguesia; Dinamizar culturalmente a freguesia; Apoiar a atividade das associações recreativas, culturais e desportivas da freguesia; Elaborar e executar um Plano de Classificação e Salvaguarda da Ermida de S. Simão e espaços envolventes.*

*Estes são os contributos que visam essencialmente concorrer para o desenvolvimento harmonioso da freguesia de Aguda, e, por essa via, para um concelho que desejamos mais dinâmico, mais próspero economicamente, mais justo e solidário do ponto de vista social, mais coeso territorialmente.*

*O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente (MFI)*

*Aguda, 22 de fevereiro de 2019”*

-----No uso da palavra, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** congratulou-se com o estudo feito e apresentado na declaração política apresentada e, em continuidade aos trabalhos, deu a palavra ao **líder da Coligação PSD/CDS, Sr. João Cardoso Araújo**, que ainda sobre a rede de saneamento básico, disse que, segundo os dados do INE – Instituto Nacional de Estatísticas de 2016, Figueiró dos Vinhos está coberto pela rede de saneamento básico em 23% do seu território, e comparou este número com o concelho de Alvaiázere que tem 75% e de Castanheira de Pera com 86%. Apresentou de seguida a

seguinte proposta de recomendação:-----  
-----

### **“PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO**

***Recomendar à Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos a adoção de todos os esforços para levar o saneamento aos locais onde ainda não existe, nomeadamente AGUDA.***

*O saneamento básico é um direito fundamental do indivíduo e da coletividade, além de um serviço público essencial e reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas como um direito humano.*

*A taxa de saneamento no concelho de Figueiró dos Vinhos é muito baixa, cerca de 30% e há locais bem perto da vila que ainda funcionam com fossas sépticas.*

*No saneamento há, ainda, um enorme trabalho a fazer do qual resultará a melhoria da qualidade de vida das pessoas.*

*A instalação do saneamento é daquelas obras que não se veem, porque se faz debaixo da terra, mas trata-se de uma obra essencial para a melhoria da qualidade de vida dos Figueirense.*

*Não foi por acaso que Peritos das Nações Unidas alertaram, ainda não há muito tempo, para as condições deploráveis em que vivem muitos portugueses e instaram o Governo a criar legislação que obrigue as entidades locais a "cumprirem os direitos humanos", no que diz respeito ao acesso à água, ao saneamento e à "habitação condigna".*

*Ter saneamento é um fator essencial para um concelho poder ser chamado de concelho desenvolvido.*

*Quando se propaga a ideia mundos e fundos de milhões não se vê nesta matéria essencial para as nossas populações nenhuma preocupação em as resolver. Este silêncio indicia uma falta de vontade política de encarar a realidade atual das famílias Figueirense.*

***Neste sentido recomenda-se,***

*Que o executivo municipal faça todos os esforços para levar o saneamento aos locais onde ainda não existe, nomeadamente aqui na AGUDA. Este é um desiderato em que o executivo municipal tem a obrigação de se empenhar e de concretizar em prol das Pessoas de Aguda e do nosso concelho.*

*Pelo menos é o que se esperaria num concelho que se quer democrático, defensor e promotor*

*or dos mais altos valores da dignidade humana.*

*Aguda, 22 de fevereiro de 2019*

*O Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal”*

-----A seguir, **o membro do Movimento Figueiró Independente, Dr. Fernando Branco,** apresentou a seguinte moção:

### **“MOÇÃO**

#### ***RISCO AMBIENTAL NO ZÊZERE***

*Considerando que o Rio Zêzere tem escapado à poluição, muito graças ao facto de ser a principal fonte de abastecimento de água à Região da Grande Lisboa, a partir da albufeira da Barragem do Castelo do Bode, servindo cerca de três milhões de pessoas;*

*Considerando que em 1 de fevereiro, uma reportagem passada no Jornal da Noite da SIC, dava nota de risco ambiental no Rio Zêzere;*

*Considerando que através da mesma se soube da existência no concelho do Fundão, no local designado como Cabeço do Pião, de uma escombreira onde ao longo de oitenta anos foram sendo acumulados detritos mineiros retirados da exploração das Minas da Panasqueira;*

*Considerando que naquele depósito estão materiais perigosos como zinco, chumbo, cobre, volfrâmio, arsénio, ferro e maganês e que a barragem existente apresenta já bastantes fissuras que fazem escorrer para o leito do rio, águas lixiviosas com aqueles metais;*

*Considerando que estudos desenvolvidos por várias instituições científicas e ambientais, falam em risco de colapso da barragem de lamas, com elevado teor de arsénio que pode vir a contaminar a água do Rio Zêzere, que abastece o nosso concelho;*

*Considerando que foram mencionados vários estudos e teses de mestrado e doutoramento do Instituto Superior Técnico que apontam para o real perigo de haver deslizamento de parte ou da globalidade da barragem de lamas em direção ao rio;*

*Considerando que a jusante da escombreira estão as aldeias de Barroca do Zêzere, Dornelas do Zêzere, Porto das Vacas, Janeiro de Cima, Janeiro de Baixo, Esteiro, Cambas, até se entrar no espaço da albufeira da Barragem do Cabril, que abastece o concelho de Figueiró dos Vinhos;*

*Considerando que a faculdade de Engenharia da Universidade do Porto descobriu em*

*análises que realizou, concentração de arsénio nas lamas do Cabeço do Pião, muito superiores ao normal. Os mesmos estudos referem que o arsénio é tóxico por ingestão e contacto e carcinogénico por inalação, ingestão e contacto dérmico. Em caso de rutura na barragem serão libertados centenas de milhares de metros cúbicos de material transportado pelo rio até à barragem do Cabril, com elevadas concentrações de arsénio, com consequências ambientais extremamente graves;*

*Considerando que na componente tóxica, conclui o estudo, que a população local está sujeita a riscos ambientalmente inaceitáveis. Do ponto de vista carcinogénico, os riscos para as populações são igualmente inaceitáveis, dado que estão sujeitas a um risco carcinogénico muito mais elevado do que os valores estabelecidos como aceitáveis;*

*Considerando que a reportagem referia que o Ministério do Ambiente conhece a situação e que a DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia tem vindo a alertar para a situação de risco ambiental desta barragem de deposição de rejeitados, confirmando o risco de derrocada e de perigo ambiental;*

*Considerando que foram ainda citadas as conclusões de um estudo do Instituto Superior Técnico sobre as consequências do aluimento da barragem, considerando que o escoamento das lamas após o aluimento da escombreira é um risco não negligenciável para a qualidade das águas em vários pontos do Rio Zêzere. Este depósito de ferro e arsénio com elevadas concentrações de outros metais poderá chegar à Barragem do Cabril, representando um foco gravíssimo de poluição das águas que servem o abastecimento público de vários concelhos, entre os quais, o de Figueiró dos Vinhos;*

*Considerando que a Câmara Municipal, entidade a quem compete garantir a qualidade da água distribuída à população, adotou a proposta apresentada pelo Vereador eleito pelo Movimento Figueiró Independente (MFI) de diligenciar junto do Ministério do Ambiente, no sentido de serem tomadas medidas urgentes que salvaguardem e eliminem focos poluidores das águas do Rio Zêzere, a montante da albufeira da Barragem do Cabril, garantindo a boa qualidade da água que abastece o concelho de Figueiró dos Vinhos;*

*Nestes termos, o Movimento Figueiró Independente (MFI) propõe nos termos do Regimento que a Assembleia Municipal de Figueiró dos Vinhos, reunida em Sessão Ordinária, no dia 22 de fevereiro de 2019, delibere:*

*1. Adotar como sua a tomada de posição da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, no sentido de manifestar junto do Ministério do Ambiente a sua preocupação face ao risco*

*ambiental existente que ameaça a qualidade da água do Rio Zêzere;*

*2. Reclamar a adoção de medidas urgentes que salvaguardem e eliminem focos poluidores das águas do Rio Zêzere, a montante da albufeira da barragem do Cabril, garantindo a boa qualidade da água que abastece o concelho de Figueiró dos Vinhos;*

*3. Transmitir o teor desta Moção ao Gabinete de Sua Excelência, o Senhor Ministro do Ambiente; a Sua Excelência, o Senhor Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.*

*O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente (MFI)*

*Aguda, 22 de fevereiro de 2019”*

-----Seguidamente, o **membro da Direção do Grupo do Partido Socialista, Dr. Fernando Manata**, relativamente à proposta de recomendação apresentada, disse que a questão do saneamento básico foi algo que nada preocupou o anterior executivo do PSD, o qual o líder da coligação agora defende.-----

Devem ser coerentes com as intervenções, pois é conhecida a situação económico-financeira do município, contudo tal como todos os municípios que constituem a empresa intermunicipal, está muito preocupado com a situação.-----

Informou que, quando deixou o executivo em 2005, ficaram elaborados projetos para a rede de saneamento básico, em cerca de sete milhões de euros, que não foram executados. -

----

-----A seguir o **membro da Assembleia Municipal, Sr. Eng.º Miguel Portela**, cumprimentou todos os presentes e questionou o Sr. Presidente da Câmara e o executivo sobre as obras da “Sonuma”, nomeadamente qual foi a empresa que removeu as telhas de fibrocimento, para terem acesso às guias de RCD, para saberem a quantidade que foi retirada.-----

A seguir, questionou sobre as obras do exterior da Igreja Matriz, qual é o ponto da situação e para quando estão previstas as obras do interior.-----

Entretanto, alertou para a envolvente do Parque Municipal, cujas obras estão dadas como

concluídas, mas verifica que algumas coisas não estão bem, como o tabuleiro de damas/xadrez, que tem quadrados a mais, e as zonas de passagem de tubagem, nomeadamente a elétrica, encontra-se abatida.-----

Por fim questionou, na sequência da tomada de posição tomada na última sessão da Assembleia Municipal, qual o ponto da situação da questão da saúde.-----

-----Seguiu-se o **líder de bancada do Movimento Figueiró Independente, Dr. Pedro Lopes**, sobre a proposta de recomendação da rede de esgotos. Disse que estão inteiramente disponíveis para acompanhar a mesma, até porque o saneamento básico do concelho era um assunto proposto no seu programa eleitoral de 2017, propondo, também, que quem não tenha acesso à rede de saneamento básico seja isento do pagamento para despejar as fossas.-----

Acompanham todas as iniciativas, recomendações e até medidas que tendam a obviar e resolver a situação.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e agradeceu o acolhimento da Junta de Freguesia de Aguda. -----

Começou por esclarecer as questões apresentadas e, referindo-se ao saneamento, afirmou que Figueiró é o concelho com a taxa de cobertura de rede de saneamento mais reduzida, contudo foi uma situação que herdou e não fez parte do programa eleitoral do seu primeiro mandato, porque a situação financeira em que se encontrava a Câmara não permitia a realização dessas obras. Por isso não prometeram, têm como princípio, em programa eleitoral, cumprir o que prometem. -----

O PSD esteve oito anos no executivo e no programa eleitoral dos dois mandatos fazia uso do aumento da taxa de saneamento, mas nunca o conseguiu fazer. Os vinte sete por cento de cobertura de saneamento do concelho já estavam feitos quando o executivo PSD tomou posse.-----

Presentemente, através da empresa intermunicipal e com o cumprimento do saneamento financeiro que limitava o trabalho do executivo, é já possível apresentarem candidatura ao Quadro Comunitário.-----

Sobre o edificio da EDP, foi preparada e publicada a hasta pública, tendo havido apenas um concorrente. No entanto, o júri entendeu que a proposta não reunia os requisitos administrativos propostos, por isso não foi considerada. A Câmara vai avançar com uma nova hasta pública, no sentido de avançar com o processo.-----

Relativamente à empresa FlorestGal, empresa pública com sede em Figueiró dos Vinhos, deu nota que se avizinha a inauguração, contudo já está a laborar há algum tempo nas instalações do Centro Investe. -----

O Cabeço do Peão é uma zona emblemática, os trabalhos estão a ser efetuados pelos funcionários da Câmara, no sentido de dignificar o espaço, que é extremamente importante para todos os Figueiroenses.-----

Sobre a reabilitação da “Sonuma”, estão a ser construídas sete naves, é de opinião que os trabalhos estão a decorrer em bom ritmo. Quanto ao regulamento, lamentou as exigências, já aconteceu o mesmo aquando das obras do Vale da Pipa, solicitou alguma calma, têm que esperar a continuidade da obra, cada coisa a seu tempo, o regulamento está a ser devidamente tratado. Sobre o amianto, é da responsabilidade da empresa a quem foi entregue a obra.-----

Sobre o estacionamento na Av. Major Neutel de Abreu, junto ao Centro Investe, disse que o assunto é visto por diferentes perspetivas, sendo a do executivo resolver o problema, criando estacionamento para os serviços existentes ao longo da mesma.-----

Sobre a “Lusiaves”, há cerca de dois anos que repete o mesmo esclarecimento, contudo na presente reunião é utilizado o termo “aldrabice”, e por uma questão de respeito reproduziu novamente o esclarecimento sobre o assunto, ultimamente dado em todas as sessões, pediu desculpa a quem já ouviu o esclarecimento por diversas vezes. Após os incêndios, a empresa “Lusiaves” reuniu com os três concelhos, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Castanheira de Pera com o objetivo de fazer um investimento de sessenta milhões de euros, vinte milhões por município, e criar cem postos de trabalho em cada município. A Câmara Municipal não dispunha de terreno disponível para a instalação do empreendimento, contudo, apesar de ser uma responsabilidade da “Lusiaves”, a Câmara tudo fez para apoiar a vontade do investidor. O Comendador da “Lusiaves” reuniu, para negociar, com cerca de

sessenta proprietários da Freguesia de Aguda, com o objetivo de construir em Almofala. O problema foi a inexistência de acordo, porque ofereceram uma proposta baixa e os proprietários entenderam que não era suficiente, tendo a “Lusiaves” desistido da construção naquela zona. -----

Disse, mais uma vez, que a Câmara tudo fez para que o empreendimento fosse uma realidade, apoiou no levantamento dos terrenos, pareceres ao nível do PDM e toda a logística que estava ao seu alcance, contudo não era da sua responsabilidade.-----

Não é nenhuma “aldrabice” de campanha eleitoral, no entanto tem conhecimento que a CCDRC já viabilizou uma proposta de uma parceria da “Lusiaves” com outros empresários, para uma possível instalação da “Lusiaves” no concelho de Figueiró dos Vinhos. Porém, mais uma vez, não depende da Câmara Municipal. Disse que espera não tornar a ouvir o termo “aldrabice”, pois não é do seu trato, logo, não admite ser tratado assim.-----

A seguir valorizou a declaração política apresentada pelo MFI, um trabalho bastante extenso e apurado. No entanto, é de opinião que o mesmo faz um quadro muito negro da Freguesia de Aguda, que não corresponde à realidade. Não fecham escolas na Freguesia de Aguda há quinze anos, os Jardins de Infância e 1.º Ciclo têm rácio abaixo do que a Lei permite, mas a Câmara assume os custos, até com investimentos não subsidiados, para que não encerrem. Salientou a excelente Instituição que é a Comissão de Melhoramentos para apoio aos idosos. Ao nível da habitação social, a freguesia também não está desprezada, a Câmara tem apoiado consoante as necessidades. Ao nível da saúde, o posto médico tinha médico três dias por semana, mas com a reorganização da USF o posto médico funciona quatro dias por semana. Lembrou o investimento que vai ser feito na Freguesia, os passadiços das Fragas de S. Simão, bem como o excelente trabalho que tem sido feito pela junta de Freguesia em benefício da população e de quem nos visita.-----

-----

Quanto à demora das obras da Igreja Matriz, a demora tem a ver com as ossadas encontradas e o rigor legislativo, dado que o procedimento legal que tem que ser cumprido.-----

Ao nível da saúde, houve alteração da tutela, que limitou entretanto os procedimentos, contudo não está esquecido.-----

Relativamente à moção sobre a poluição do rio Zêzere, o assunto já foi presente em reunião de Câmara, é pertinente, é uma grande preocupação que deve ser manifestada ao Ministério



do Ambiente.-----

-----A seguir o **líder da bancada do Movimento Figueiró Independente, Dr. Pedro Lopes**, referiu-se à análise que o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez à declaração política que apresentaram sobre o encerramento de escolas e extensões de saúde e disse que na mesma referiram-se ao aspeto diacrónico da situação de há alguns anos atrás, hoje essa situação não se coloca. -----

Congratulam com todas as iniciativas tomadas para melhorar a qualidade de vida das populações, contudo só estão a utilizar dados que constam do diagnóstico social de 2015.---

-----O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse que os dados do diagnóstico social de 2015 já estão alterados pelo trabalho que têm vindo a realizar.-----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a proposta de recomendação apresentada pela Coligação PSD/CDS, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

-----Entretanto o **membro da Direção do Grupo do Partido Socialista, o Dr. Fernando Manata**, deixou uma declaração de voto verbal que refere que o Partido Socialista está inteiramente de acordo que se façam todos os esforço para que a rede de saneamento seja uma realidade, tal como já foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara. Contudo compreendem que tudo será feito a seu tempo.-----

----- Por fim o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que a moção “Risco ambiental no Zêzere” apresentada pelo Movimento Figueiró Independente, fosse apoiada na íntegra e transmitida às entidades propostas, o que foi aprovada por unanimidade.-----

**1. Apreciação da informação escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos**

**termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que disse que a descrição da atividade municipal foi enviada, disponibilizando-se para prestar os esclarecimentos pretendidos.-----

Relativamente à informação financeira, esclareceu o valor da dívida a fornecedores, que se cifra nesta data em cerca de três milhões cento e noventa e dois mil euros. Um milhão e duzentos mil euros são referentes às obras em curso respeitantes aos incêndios, transferências fixas às diversas entidades, bem como conta corrente dos grandes fornecedores, como EDP, Águas e Vale do Tejo. Está dentro dos parâmetros minimamente aceitáveis, são fluxos financeiros a circular.-----

-----A seguir o líder da **Coligação PSD/CDS, Sr. João Cardoso Araújo**, salientou que a dívida aumentou relativamente a dezembro de 2018, em cerca de quinhentos e cinquenta mil euros, reconhece que há obras em curso, há faturação e movimentação contabilística, mas também já existiam em outras demonstrações financeiras apresentadas anteriormente. -----

Disse também que no final do presente ano, após concluir o Saneamento Financeiro, passam a estar disponíveis cerca de cento e trinta e nove mil euros, portanto não é necessário fazer o empréstimo que está previsto.-----

----- **O membro da Direção do Grupo do Partido Socialista, Dr. Fernando Manata**, discorda do líder da Coligação do PSD/CDS e é de opinião que se deve aproveitar ao máximo os empréstimos da linha BEI.-----

-----Ainda neste ponto o **membro da Assembleia Municipal, Sr. Hugo Dias**, disse que não quis, de forma nenhuma, chamar “aldrabão” ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

-

## **2. Prescrição do direito ao recebimento do preço pelos serviços prestados relativos a tarifas de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais, de serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos (ano 2010) e de renda de ocupação**

**do Mercado Municipal (2008 a 2010), com processos de execução fiscal instaurados – Receita em débito ao tesoureiro (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 30/01/2019);**

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal apresentou este ponto e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que informou que se trata de processos instaurados de execução fiscal, ainda em 2010, cujas dívidas se encontram prescritas.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto à votação, sendo aprovado por unanimidade.-----

**3. Linha BEI PT 2020 Autarquias – Operação “Requalificação da Envolvente ao Parque Desportivo Municipal” CENTRO-07-2316-FEDER-000066-00046 (Cod.Linha BEI) (aprovado por maioria, quatro votos a favor dos Srs. Vereadores do Partido Socialista e do Movimento Figueiró Independente, e uma abstenção do Sr. Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular - Reunião de Câmara de 13/02/2019)**

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal apresentou este ponto e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que informou tratar-se de um empréstimo para a obra de Requalificação da Envolvente ao Parque Desportivo Municipal do Vale da Pipa.----

No âmbito do Portugal 2020, foi disponibilizada, via despacho, a linha BEI PT/2020 Autarquias, que visa a contrapartida nacional de investimento autárquico, cuja finalidade se destina a conceder financiamentos às autarquias, no que se refere à parte não comparticipada do investimento. -----

O presente contrato de financiamento prevê a concessão de um financiamento de **122.821.31 euros, com período de reembolso de quinze anos no total, sendo dois de carência e treze de amortização e o valor de juros contratuais de 202,10 euros.**-----

Afirmou que o Município tem todas as vantagens em recorrer à linha BEI PT/2020, considerando ser este um bom ato de gestão, porque se deixasse de fazer obra e não

recorresse às vantagens da linha BEI, podia considerar-se estar o Executivo municipal a prestar um mau serviço.-----

-----Seguidamente, o **líder da Coligação PSD/CDS, Sr. João Cardoso Araújo**, disse que não estão contra a contracção do empréstimo, o que criticam é o Sr. Presidente da Câmara ter referido, numa sessão anterior da Assembleia Municipal, que o prazo de quinze anos era o mínimo para contrair o empréstimo, quando afinal quinze anos é o prazo máximo, só podendo ser ultrapassado em casos especiais, até aos vinte anos. A incoerência regista-se pelo facto de, em tempos, não terem aceite os prazos propostos pelo PSD, quando estava na presidência do Executivo municipal, relativamente ao empréstimo para o Saneamento Financeiro. Afinal, agora também estão a optar pelo mesmo prazo máximo estipulado, que na altura recusaram.-----

Repetiu que não estão contra o empréstimo, estão contra as posições controversas que o PS tem. Ora quando está do lado do poder, ora quando está do lado da oposição.-----

----- A seguir, o **líder do Movimento Figueiró Independente, Dr. Pedro Lopes**, referiu-se ao empréstimo para a requalificação do Parque Desportivo do Vale da Pipa, obra que andou nos planos eleitorais dos vários partidos durante muitos anos. Pensa que é uma obra que dignifica o concelho, reconhecem que essa obra e outras são importantes para o desenvolvimento do concelho e, desde que seja assim, estão inteiramente de acordo, o que lhes interessa é que a obra esteja, ou venha a ser, feita.-----

Em termos autárquicos, uma das formas de financiamento que as autarquias têm são os recursos a empréstimos e consideram que, desde que seja despesa de investimento, é uma boa politica os órgãos executivos recorrerem a empréstimos como forma de financiamento. Contudo, há alguns anos atrás mostrou-se contra, quando se pediam empréstimos para fazer gestão corrente de dívida, nomeadamente o não pagamento de água às empresas que forneciam o concelho, aí considera que não se devem pedir empréstimos, e ainda por cima a pagar a um prazo de vinte anos .-----

As condições agora apresentadas são invejáveis, tomara que executivos anteriores tivessem as mesmas condições para recorrer. Portanto revêem-se no presente pedido de empréstimo,

com as condições apresentadas. Só quem andar distraído, ou não perceber nada do assunto, é que não recorre ao empréstimo e deixa alguma disponibilidade de dinheiro que tenha para outros investimentos. -----

Era bom que o executivo pudesse recorrer noutras condições a este tipo de empréstimos, porque haverá cabimento orçamental para os pagar no futuro. Daí que concordem inteiramente e subscrevem o pedido de empréstimo, tal como foi feito pelo Vereador do MFI na Câmara Municipal.-----

-----A seguir, **o líder do Grupo do Partido Socialista, Dr. Fernando Manata**, disse que, tal como referiu o líder da bancada do Movimento Figueiró Independente, Dr. Pedro Lopes, tem que ser assim, não pode ser de outra forma, porque se não recorressem a este empréstimo, isso sim, seria uma atitude de lesa pátria. E devem aproveitar todos os empréstimos que apresentarem estas condições.-----

O executivo em exercício tem cumprido com mestria e grande alcance de visão, por isso hoje está a colher os dividendos do seu trabalho, fazendo votos para que continue a ter os mesmo dividendos no futuro que se aproxima.-----

-----No uso da palavra, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Carlos Silva**, disse que o BEI é o Banco Europeu de Investimentos, foi criado para apoiar investimentos, para financiar administrações públicas dos Estados europeus, com uma caução dos Governos. A Agência para a Coesão e Desenvolvimento tem a responsabilidade, dada pelo Governo Português, de caucionar candidaturas de entidades consideradas reputadas e responsáveis, que sabem e podem honrar os seus compromissos. -----

A maioria dos trezentos e oito municípios não tem condições de se candidatar ao BEI. Ora, a autorização dada ao município de Figueiró dos Vinhos é uma chancela de garantia da credibilidade do município em honrar os seus compromissos. O presente contrato de financiamento é, no fundo, um empréstimo que a Câmara vai contrair por quinze anos, no valor total de 122.821.31 euros, com juros a aplicar a todo o período do empréstimo no valor de 202,10 €. E só não é totalmente isento de juros porque o Estado Português não permite que operações financeiras de crédito sejam totalmente isentas de tributação em

sede fiscal. Portanto, mal faria a Câmara se não aproveitasse uma situação destas em função da credibilidade e da reputação que lhe foi garantida pelo Estado Português, porque ninguém se atravessa quando o cliente não tem garantias.-----

A seguir colocou o assunto à votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com catorze votos a favor (PS, MFI e Dr. Pedro Ladeira) e quatro abstenções (Coligação PSD/CDS).---

-----Entretanto, o líder da Coligação PSD/CDS, Sr. João Cardoso de Araújo, disse que pretendia que ficasse esclarecido que a abstenção da Coligação PSD/CDS não tem a ver com o empréstimo, mas sim com o prazo do mesmo.-----

De seguida apresentou a seguinte declaração de voto:

***“Linha BEI PT 2020 / Autarquias – Operação “Requalificação da Envolvente ao Parque Desportivo Municipal” CENTRO-07-2316-FEDER-000066-00046 (Cod.Linha BEI)***

***Declaração de Voto***

*Vem a esta Assembleia Municipal a Proposta de Deliberação relativa à Linha BEI PT 2020 / Autarquias – Operação “Requalificação da Envolvente ao Parque Desportivo Municipal. Não sendo um assunto novo e tendo em conta as razões que tivemos ocasião de aduzir nas reuniões de câmara, cabe-nos ser coerentes e reafirmar o que já dissemos antes relativamente a este empréstimo.*

*Não concordamos com um empréstimo a 15 anos e com isso deixar uma dívida para as futuras gerações pagarem.*

*Longe vai o tempo em que o PS defendia que os empréstimos tinham de ser pagos no mandado por quem o contraiu e votava contra os empréstimos de longa duração. Lembramo-nos disso e por isso, o aqui registamos.*

*Pode-se argumentar que este é um bom financiamento para a Câmara. Pois, mas outros também eram e isso não impediu, nem impede, agora, os mesmos protagonistas de considerarem bom o que antes consideravam mau.*

*A posição do PSD e desta Coligação relativamente a esta matéria é, por isso, simples e clara.*

*Não faremos aquilo que o PS fez no passado recente por mero tacticismo político prejudica*

*ndo com isso o Município e os Figueiroenses. Consideramos que sendo o financiamento uma opção a considerar não seremos nós a inviabilizar o financiamento, mas tem de ser o Partido Socialista a assumir a sua própria incoerência e a opção de deixar dívida e uma herança que onera os mandatos e as gerações futuras.*

*A nossa maneira de ser e de estar na política é diferente. **Primeiro Figueiró dos Vinhos. Primeiro as Pessoas.** Viabilizaremos, assim, com a nossa **abstenção** a proposta agora apresentada, mostrando com isso o quanto nos distanciamos dos tacticismos políticos que tanto prejudicaram e continuam a prejudicar o nosso concelho e os Figueiroenses.*

*Aguda, 22 de fevereiro de 2019*

*O Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal”*

#### **4. Concurso Público “Atribuição do Direito de Exploração do Bar da Aldeia Ana de Aviz” – Abertura de Procedimento (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 13/02/2019)**

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, informou que se trata da abertura de procedimento para o concurso público de atribuição de exploração do bar da praia fluvial de Aldeia Ana de Avis, pelo valor mensal, a pagar nos meses de junho, julho, agosto e setembro, de trezentos euros. A presente concessão não se rege pela proposta mais alta, mas sim pela experiência e condições do candidato, de forma a que se comprometa a cumprir o prazo de concessão, vinte e quatro meses, prorrogável até sessenta meses, de forma a que os munícipes e os turistas sejam bem servidos.-----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou este ponto à votação, sendo aprovado por unanimidade.-----

----

-----A seguir o **líder da Coligação PSD/CDS, Sr. João Cardoso Araújo**, disse que no sentido de reforçar o que foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara, apresentam uma

declaração onde reforçam o apoio à atração do turismo, bem como o que de bom esta candidatura pode trazer para o concelho:

**Concurso Público “Atribuição do Direito de Exploração do Bar da Aldeia Ana de Aviz”**

*“Vem hoje a esta Assembleia Municipal o Concurso Público “Atribuição do Direito de Exploração do Bar da Aldeia Ana de Aviz”.*

*À ex-concessionária D. Ana Paula Rodrigues Barreto deixamos uma palavra de agradecimento. Um agradecimento a quem aqui investiu, tempo, dinheiro, trabalho e empenho, não sendo esta a sua terra, e sonhou com um amanhã melhor.*

*Ao contrário do que alguns pensam os poucos empresários que ainda vão investindo na nossa terra merecem o nosso apoio e incentivo. E isso deve ser realçado por quem tem responsabilidades políticas. É por assim pensarmos que queremos deixar uma palavra de agradecimento a quem deu o seu melhor em prol da dinamização e divulgação da Praia Fluvial de Aldeia de Ana de Aviz e de Figueiró dos Vinhos.*

*Ao longo dos anos e sempre que se coloca a questão de concessionar os espaços públicos do Município que temos vindo a chamar a atenção para a especificidade desta matéria e que aqui relembramos mais uma vez.*

*Consideramos que a solução de futuro e viável para os espaços públicos do Município como este, deve passar sempre por um empenhamento muito forte da Câmara Municipal.*

*A Câmara Municipal proprietária do espaço não deve remeter-se a concessioná-lo e a ficar-se por aqui. Note-se que o Município tem, para além deste, outros espaços distribuídos pelo concelho e não tem uma política definida para isso. Veja-se o Restaurante do Casal São Simão, O Bar do mercado, O Bar da Praia Fluvial das Fragas, O Parque de Campismo, o Bar do jardim Municipal. Cada um entregue aos concessionários e nenhum deles integrado num fio condutor de uma política de promoção turística e cultural, das freguesias e do Concelho que deveria ser diferenciadora que dê lugar ao aparecimento de novos destinos e de novos visitantes.*

*Somos dos que pensam que a Câmara Municipal não tem vocação para gerir estes espaços, mas já que os tem, tem de saber o que quer fazer com eles. Se são meros locais comerciais ou se, propriedade da autarquia, podem e devem ser potenciados e integrados numa política mais abrangente de promoção do concelho.*



*Entendemos que estes espaços devem obedecer, não ao lucro, não a ser mais um, mas a uma política de turismo paisagístico, gastronómico e cultural integrada no concelho e na região e que faça a diferença.*

*Não basta concessionar um bar/restaurante e depois lavar as mãos. Não. A concessão destes espaços deveria inserir-se numa estratégia mais alargada de dinamização da Freguesia de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, como um todo, do concelho e da região.*

*Estes espaços deveriam ser olhados como espaços de “vida permanente” e não entregues a soluções de recurso e casuísticas. O espaço deve ser apoiado e acompanhado de forma a ter uma capacidade crescente de atração e a assumir-se como uma mais-valia turística e económica a que o próprio associativismo local não deve ser alheio.*

*Neste sentido o espaço deveria ser permanentemente cuidado para marcar a diferença e não ser mais um. O serviço deveria ser pensado tendo em conta a gastronomia local. Uma boa, e contínua divulgação e promoção fariam toda a diferença.*

*Oxalá a abertura deste concurso possa resultar num caminho diferente, melhor e mais duradouro.*

*Aguda, 22 de fevereiro de 2019*

*O Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal”*

## **5. Descentralização – Transferência de competências para a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria**

**-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apresentou este ponto e disse que na reunião da CIMRL, no passado dia vinte e um de janeiro, foi deliberado por maioria, com uma abstenção do município de Pombal, a disponibilidade da CIMRL no âmbito da Lei-quadro n.º 50/2018, de 16 de agosto, a descentralização de competências para os municípios e para as CIMs. Receber estritamente as competências intermunicipais referentes a quatro Decretos Lei , entre outros, que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de Figueiró dos Vinhos também aprovaram, já que todos os outros foram rejeitados. São os Decretos Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro - aceitação de competências de promoção turística inter-regional; Decreto Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, aceitação de competências no domínio da justiça; Decreto Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro, aceitação de competências no domínio dos projetos financiados por

fundos europeus e programas de captação de investimento e Decreto Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro, no domínio da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às cooperações de bombeiros. -----

Assim, a CIMRL solicita a todas as Assembleia Municipais que autorizem, ou não, poder aceitar as quatro competências referidas para o domínio intermunicipal.-----

O Sr. Presidente da Assembleia colocou a seguir o assunto à consideração da Assembleia Municipal, tendo a proposta da CIMRL sido aprovada por unanimidade. -----

-----Considerando a natureza dos assuntos tratados na Sessão e em observância do que dispõe o Artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** solicitou que a presente Ata fosse aprovada por Minuta, proposta que foi aprovada por unanimidade.-----

-----Por fim o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao público presente, inscreveu-se o **Sr. Paulo Carvalho**, que depois de cumprimentar todos os presente, agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara pela obra realizada no largo D. Sancho II e solicitou um campo onde possam jogar futebol, pois como se sabe está interdito.-----

-----A seguir, a **D.ª Odete Lopes**, residente no Salgueiro da Ribeira, solicitou que fosse reposto o tubo condutor de água que abastece o fontanário no Salgueiro da Ribeira, pois foi queimada aquando dos fogos florestais de 2005, há catorze anos.-----

-----A seguir, o **Sr. Paulo Lopes** deixou uma sugestão ligada ao turismo. Disse que a freguesia é reconhecida pelo turismo e é com agrado que vê o projeto dos passadiços, que também faziam parte do programa eleitoral do PSD. Mas também seria vantajoso, em termos de atratividade, a requalificação de toda a marginal da ribeira aproveitando os moinhos existentes, que são bastantes, À semelhança de outros que existem no País.-----

-----Por fim, o **Sr. Albertino Saraiva** informou que a estrada que liga a Lomba da Casa à Abrunheira se encontra interrompida com resíduos florestais deixados pelos madeireiros. -

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da**

**Câmara**, que agradeceu as intervenções e sugestões. Sobre as obras do largo D. Sancho II, disse que as obras tiveram grande intervenção da Junta de Freguesia, tendo a Câmara colaborado apenas em termos técnicos. -----

-----  
Sobre o pavilhão desportivo, disse que é propriedade da Comissão de Melhoramentos, que é quem toma a decisão.-----

Sobre os fontanários do Salgueiro da Ribeira, registou no sentido de resolver.-----

Sobre as sugestões do turismo, disse ser pertinente, está a ser executada a limpeza da ribeira. Sobre a estrada, admite ser um problema crónico no concelho, até pelo investimento que a Câmara tem feito nos caminhos florestais. Compreende que é uma atividade importante no concelho, têm que trabalhar, contudo também têm que deixar os acessos limpos, irá acionar os meios para solucionar o problema.-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a presença de todos. Eram vinte e uma horas e quarenta minutos quando deu por encerrada esta **Sessão da Assembleia Municipal**, da qual, para constar, se lavrou a presente **Ata** que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo **Presidente e Secretários da Mesa**. -----

A Mesa da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_